

LIVRO DE ATAS Nº 33

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2024.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 02 de janeiro de 2024.

VEREADOR HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

Ata da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e sete minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (22 e 28/dezembro), sendo que ambas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comunicou os representantes credenciados do Executivo para usar a palavra: Wellington F. Souza, Secretário de Governo e Planejamento; Kíusa O. Araújo, consultora jurídica. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.082, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações percebidas pelos servidores do Poder Executivo Municipal de Rio Pomba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988 e contém outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.082 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gladstone, como Vice-Presidente do Sinsenrip, relatou que, juntamente com alguns outros servidores “receptionistas” da saúde, recebem um complemento da Prefeitura para não perceberem menos do que o valor de um salário mínimo. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.083, do Executivo: Concede reajuste nos vencimentos aos profissionais do magistério do Município e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Vereador Ivan questionou se as professoras aposentadas receberão o reajuste. Após consulta aos projetos, observou-se que o reajuste das pensões e aposentadorias estão no Projeto de Lei nº 2.082. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.083 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.084, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.084 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.085, do Executivo: Alteração o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.418 de 2021, que trata da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), em conformidade com a Emenda Constitucional nº 132, de 2023. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo

Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Obras e Serviços e de Finanças. As três comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. O Vereador Ivan esclareceu que o projeto não aumenta taxas para a população, mas somente autoriza que os recursos arrecadados sejam investidos também no sistema de vigilância através de câmeras. O Vereador Jorge disse que o projeto aumenta os serviços prestados. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.085 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Ivan pediu que não se deixe o projeto do sistema de vigilância passar para a próxima administração. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.086, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.086 foi aprovado por unanimidade. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Resolução nº 373, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 373 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 01, Vereador Rafael: Requer informações sobre dívida previdenciária municipal. O autor disse que a dívida é originária de mandato anterior e a forma de tomar conhecimento sobre o assunto é através de requerimento. O Vereador Hedilberto disse se tratar de dívida milionária e comentou que recebeu mensagem de uma pessoa dizendo estar de olho nos vereadores e que diante de qualquer palavra irá processá-los; disse que essa dívida é desconhecida por parte da população bem como as consequências para o município pagar. O Vereador Ivan sugeriu que o Vereador Hedilberto informe o nome da pessoa para que seja feito o devido inquérito. O Vereador Hedilberto disse que já conversou com a pessoa e irá aguardar se haverá intimidação. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 02, Vereador Rafael: Requer informações sobre a Lei Andrezza Giusti Amora. O autor disse que a lei foi aprovada há mais de 60 dias e esta Casa precisa saber sobre a implantação. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 04, Vereador Rafael: Requer informações sobre chamamento para contrato temporário. O autor disse que muito foi falado sobre concurso público e que antigamente não se chamava para efetivação, observando que atualmente está acontecendo a chamada para regime de contrato. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Gladstone Roncalli da Silva apresentou o Requerimento nº 05: Requer informações sobre o Portal da Transparência. O autor disse que os vereadores são muito cobrados sobre essas informações, que estão ativas apenas até julho/2023; fez um relato sobre o aumento de cargos comissionados. O Vereador Demétrius falou sobre o “apadrinhamento” em cargos comissionados, sendo mais grave do que o aumento de

cargos a capacidade dos ocupantes. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 294-2ª edição: manutenção de prédios públicos; 2) Indicação nº 599: curral de leilões; 3) Indicação nº 600: limpeza no entorno da cidade; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 597: canil municipal; 2) Indicação nº 598: instalação de bueiros; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 596: poço artesiano nos Coelhos; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 08-4ª edição: muro de contenção no final da Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 487-2º edição: colocação de booster na parte alta do bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 537-2ª edição: providências na Alameda dos Inconfidentes; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 02-5ª edição: providências na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 58-4º edição: providências no bairro Sol Nascente; 3) Indicação nº 601: capina e limpeza nos fundos da Rua Dr. Bruno José Gonçalves. No pequeno expediente, os vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Às dezenove horas e onze minutos, aberta a ordem do dia, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e seis minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (05/fevereiro), a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lido convite do Executivo para lançamento do Reurb. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.087, do Executivo: Autoriza o repasse de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social e a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.087 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.088, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Jorge solicitou e, com autorização Plenária, o sr. Presidente convidou a sra. Michele, da Secretaria de Saúde, para prestar informações a respeito do projeto. Os vereadores puderam trocar informações com a sra. Michele. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo, o que foi aceito unanimemente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.088 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.089, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Denomina via com o nome de Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Pronunciou-se sobre a saudosa Maria do Carmo o Vereador Demétrius, autor do projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, sendo que a mesma se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.089 foi aprovado por unanimidade, com manifestações em memória da ex-Vereadora Ducarmo pelos vereadores. O Vereador Gladstone lembrou que existe indicação sua aguardando atendimento para homenagear o dr. Sérgio, irmão da Ducarmo, denominando a sala de cardiologia do Centro de Especialidades. Com a permissão Plenária, a sra. Naila, sobrinha da ex-Vereadora Maria do Carmo, fez breve agradecimento ao Legislativo pela homenagem, estando presentes no recinto o viúvo, sr. Gilson Gomes, e as amigas da família, Célia e Mercedesinha. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.090, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção à Assoc. dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e dá outras providências. A pedido do Vereador Demétrius, o Plenário autorizou o uso da palavra pela Secretária de Assistência Social, sra. Marilea Oliveira. O sr. Presidente

consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, sendo que esta concluiu-se favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.090 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.091, do Executivo: Autoriza o repasse e a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas à Fundação Salvar. O Vereador Demétrius lembrou indicação que fez para instalação de uma unidade avançada do Corpo de Bombeiros integrada com o Samu no imóvel localizado no trevo. O Vereador Hedilberto citou que na vinda do comandante da unidade do Corpo de Bombeiros a esta Casa foi citado pelo mesmo que uma unidade desse tipo custa 10 milhões de reais. Os Vereadores Demétrius, Ivan e Rafael contestaram o valor citado e comentaram sobre como se daria a instalação de uma unidade dos Bombeiros em Rio Pomba. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.091 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 06, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Ivan F. Martins, Frederico S. Condé, Gladstone R. Silva e Rafael V. Martins: requer informações sobre horas-extras de servidores. O Vereador Ivan explicou o objetivo do requerimento e afirmou não ser intenção dos autores apontar para nenhum funcionário. Votado, O Requerimento nº 06 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Rafael disse que o novo portal da transparência não apresenta as informações necessitadas. Continuando os trabalhos, na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi lido o Requerimento nº 08, dos Vereadores Ivan, Demétrius, Rafael, Frederico e Gladstone: requer informações sobre o Carnaval 2024. Os Vereadores Ivan e Demétrius falaram sobre os objetivos do requerimento. Votado, O Requerimento nº 08 foi aprovado por unanimidade. A seguir, na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi lido o Requerimento nº 07, dos Vereadores Frederico, Rafael, Ivan, Gladstone, e Demétrius: Requer informações da Secretaria de Educação. O Vereador Rafael falou sobre os objetivos do requerimento. Votado, O Requerimento nº 07 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 137-2ª edição: renovação das placas identificadoras de rua e instalação na Rua Geralda C. Freitas; 2) Indicação 155-4ª edição: reforma e adequação das calçadas pertencentes ao município; 3) Indicação 294-3ª edição: manutenção de prédios públicos; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação 604: INSS-Rio Pomba; 2) Indicação 605: incentivo financeiro adicional aos ACS e ACE; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 602: estrada principal do Bomjardim; 2) Indicação 603: recuperação em estradas rurais. No pequeno expediente, os vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Às dezenove horas e cinquenta minutos, aberta a ordem do dia, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA).

Ata da Sexagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia quatro de março de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (19/fevereiro), a qual foi aprovada por unanimidade. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.092, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: Dispõe sobre o regime de adiantamento a que se referem os art. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no âmbito da Câmara Municipal. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado às Comissões de Legislação e de Finanças. Após, foi lida a Moção nº 01/2014, de iniciativa do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de apoio à proposta de emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais. Presente no recinto, foi autorizado a usar a palavra o sargento Jorge, representante do Miosp-MG (Movimento Independente dos Operadores da Segurança Pública de Minas Gerais), que falou sobre o movimento que está sendo realizado no Estado de Minas Gerais junto às Câmaras Municipais. Pronunciaram-se favoráveis à moção os Vereadores Ivan F. Martins, Jorge Luís M. Soares e Demétrius C. Oliveira. Colocada em votação, a Moção nº 01/2014 foi aprovada por unanimidade e assinada por todos os Pares desta Casa. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 09, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre ponte rural. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 09 foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 10, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre utilização de massa asfáltica. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 10 foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 11, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre aquisição de livros pedagógicos. O autor falou sobre o requerimento. Votado, o Requerimento nº 11 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto disse que em educação se investe e não se aplica; questionou o que são sete mil cadernos para mil e duzentas crianças, cadernos esses que não irão se estragar nos próximos anos; pediu que o sr. Presidente convoque a Secretária de Educação para a próxima reunião e irá amanhã procurá-la para obter informações. O Vereador Jorge concordou com as palavras do Vereador Hedilberto. O Vereador Ivan disse que o requerimento não acusa, mas apenas investiga pedindo informações ao Executivo; lembrou que os requerimentos não respondidos são passíveis de impeachment. O Vereador Demétrius disse que os requerimentos são para buscar respostas e não precisa a vinda da Secretária. O Vereador Hedilberto disse fazer questão que o Presidente da Câmara convoque a Secretária. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 12, dos Vereadores

Rafael V. Martins e Gladstone R. Silva: requer informações sobre a destinação de recursos federais. O Vereador Rafael lamentou o fato do Executivo não ter enviado o projeto contemplando o Ecoletivo e o Unidos do Fomento com os recursos já recebidos. Presente no recinto, o Plenário autorizou usar a palavra o sr. Márcio, conhecido como “Marreco”, técnico da associação Ecoletivo, que falou sobre emenda parlamentar federal no valor de 100 mil reais que aguarda projeto de lei municipal abrindo crédito para ser repassada à entidade, com a finalidade de construção de fossas sépticas ecológicas gratuitamente. Votado, o Requerimento nº 12 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 606: melhorias na Rua Ministro Néilson Hungria; 2) Indicação nº 607: melhorias na Av. Djanira Lucas Esteves; 3) Indicação nº 608: disponibilização de banheiros para devotos da Lola. No pequeno expediente, o Vereador Demétrius falou sobre as indicações. Às dezenove horas e dezesseis minutos, aberta a ordem do dia, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Gladstone Roncalli da Silva se pronunciou sobre notificação que recebeu da Prefeitura, na condição de servidor efetivo municipal, determinando o gozo de férias sem período aquisitivo com alegação de serem férias atrasadas; disse que formulou pedido de informações à Prefeitura a respeito dessas férias e então as férias se converteram em férias compulsórias; argumentou sobre o momento inadequado para lhe conceder férias diante dos casos de Covid e dengue que estão ocorrendo no município; falou sobre o exercício das suas funções no PSF da rodoviária e as diversas comunidades rurais que lá são atendidas; disse que recebeu determinação do Secretário de Saúde, diante da sua chefe imediata, para que saia de férias com argumento de estar descumprindo uma ordem do Executivo; disse não entender o motivo de tirar um funcionário que está na linha de frente da saúde e comentou a possibilidade de, ao retornar das férias, ser realocado em outro departamento para trabalhar escondido do público em um ano eleitoral em que ele poderá ser pré-candidato a vereador; relatou existir funcionários com quatro ou dois períodos de férias vencidas que estão trabalhando, enquanto a ele está sendo determinado a saída de férias compulsórias sem período aquisitivo; dentre outros comentários. Os Vereadores Demétrius, Hedilberto e Jorge também usaram a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius desejou melhoras ao Secretário de Agricultura, Sérgio Mota, em recuperação da saúde. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (04/março), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos requerimentos: 01) dívida previdenciária municipal; 02) canabis medicinal; 04) contratação temporária; 05) Portal da Transparência; 06) horas extras; 07) aquisição de material escolar; 08) gastos no carnaval. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 2.096, do Executivo: Cria o Adiantamento de numerário para acobertar despesas fora do município para motoristas dos serviços de transporte do Poder Executivo e dá outras providências. O Vereador Ivan solicitou ao sr. Presidente que concedesse a palavra ao Secretário de Saúde presente no recinto e possivelmente a algum motorista da Prefeitura também presentes. Então, posicionou-se na tribuna o sr. Jair de Paula Coelho, Secretário de Saúde, que apresentou informações sobre os objetivos deste projeto e respondeu aos questionamentos dos vereadores. Ao ensejo e com a permissão do sr. Presidente, o Secretário de Saúde se pronunciou também sobre o próximo projeto, de número 2.097, também da área da saúde. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.096. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças, ambas se pronunciando pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.096 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.097, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.473/2014 nas partes que menciona. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.097. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças, todas se pronunciando pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.097 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto disse que o Governo do Estado tira a sua responsabilidade sobre a saúde e joga para os municípios, sendo que ficará um vago sob encargo dos municípios, com município máximo e Estado mínimo, acarretando uma responsabilidade imensa para as secretarias de saúde; porém, não tem como deixar de votar a favor porque o prazo para Rio Pomba já se inicia em maio. Representantes do Executivo indicados para uso da palavra: Wellington F. Souza (Secretário de Governo e Planejamento); Jair P. Coelho (Secretário de Saúde); dra. Kíusa O. Araújo (jurídica). Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. O Vereador Hedilberto recordou que na sessão anterior pediu ao sr. Presidente a convocação da Secretária de Educação para falar sobre a aquisição de cadernos, e, tendo em vista a presença da Secretária no recinto, solicitou ao sr. Presidente que lhe

concedesse a palavra. O sr. Presidente concordou e também os demais vereadores. Neste momento, o sr. Presidente convidou a usar a tribuna a sra. Simone Machado Pirozzi, Secretária de Educação, para falar sobre a aquisição de cadernos escolares. A senhora Secretária então apresentou informações explicando a aquisição de sete mil cadernos, os quais serão usados em 2024 e 2025; ela disse haver ficado surpresa com a divulgação de informações pela internet sobre a aquisição desses cadernos, o que levou a entendimentos errôneos; disse estar à disposição de todos os vereadores na secretaria de educação para esclarecer quaisquer assuntos; explicitou que tudo passar por um planejamento, inclusive com assessoria de 05 diretoras. A senhora secretária ouviu os vereadores e respondeu às suas perguntas. O Vereador Demétrius ressaltou que são doze mil cadernos e concorda que esse material precisa ser distribuído aos alunos. A Secretária disse que não inventou essa lista de material pois a mesma sempre existiu na Secretaria de Educação; ressaltou que as compras eram semestrais e fizeram essa compra para atender 2024 e parte de 2025. Os Vereadores Hedilberto, Demétrius, Rafael, Jorge e Ivan reconheceram a idoneidade da secretária. Os Vereadores Demétrius e Rafael ressaltaram que o pedido de informações é um instrumento regimental da Câmara no cumprimento de suas funções. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.093, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção à Associação Agroecológica Ecoletivo e dá outras providências. Presente no recinto e atendendo a pedido de vereadores, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Márcio (Marreco), técnico da Ecoletivo, que comentou sobre o sistema de evapotranspiração de dejetos residenciais que é o objetivo dos recursos oriundos de emenda parlamentar no valor de cem mil reais. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.093. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, que se pronunciou pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.093 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.095, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, prestou informações o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.095. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, que se pronunciou pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.095 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.094, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2024 e dá outras providências. O Vereador Demétrius falou sobre as leis Paulo Gustavo e Audir Blanc que têm objetos diferentes. Houve dúvidas sobre já existir lei com o mesmo objetivo. O sr. Presidente disse que ia consultar o plenário sobre o regime de urgência. Foram levantadas dúvidas sobre o assunto proposto nesse projeto já estar tratado em outra lei. Como não havia pedido de urgência do autor, o projeto ficou tramitando e foi encaminhado para a Comissão de Finanças. Seguindo os trabalhos, foi apresentado o Requerimento nº 13: requer informações sobre

manutenção de pontes. Votado, o Requerimento nº 13 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 611: iluminação pública na comunidade da Serrinha; 2) Indicação nº 614: desobstrução de bueiro na Rua Cel. João Bento; 3) Indicação nº 615: troca de caixa d'água da comunidade rural da Serrinha; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 612: instalação de quebra-molas; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 560-2ª edição: reforma em calçamento no Bomjardim; 2) Indicação nº 610: providências na passarela da ponte sobre o rio São Manoel; 3) Indicação nº 613: transporte de alunos. No pequeno expediente, os vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às vinte horas e nove minutos, foi lido o Parecer nº 01, da Comissão de Finanças: Projeto de Lei nº 2.092. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, a qual opinou pela legalidade. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.092, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: Dispõe sobre o regime de adiantamento a que se referem os art. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no âmbito da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius falou sobre o movimento em prol dos produtores de leite de Minas Gerais, com a participação de produtores de Rio Pomba. O Vereador Gladstone falou sobre diversas ações de fiscalização dos vereadores, a despeito de receberem apelidos, mas o fazem até mesmo porque são chamados pela população. O Vereador Rafael disse que os vereadores não vão a Brasília por falta de suporte da Câmara e quando fazem visitas a comunidades e edições de vídeo estão pagando do próprio bolso, porque lhes foi vetado para diminuir a atuação. O Vereador Demétrius também disse que todos os vídeos que posta são feitos por ele mesmo. O Vereador Jorge falou sobre a recuperação das pontes (Nunes, Bomjardim, IF, Carmelino, Tejuco e muro de contenção em São Lourenço). O Vereador Ivan disse que colocar apelidos mostra o nível político de determinada pessoa, a quem não irá ficar respondendo por não merecer o seu crédito político, mas, de acordo com o discurso dessa pessoa em redes sociais, pior que o discurso é a gestão dessa pessoa, sem planejamento, exemplificado a medição de uma ponte de 20 metros como 12 metros; disse que nas ruas e na zona rural ninguém elogia essa pessoa; solidarizou-se ao Vereador Gladstone. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia primeiro de abril de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (18/março), a qual foi aprovada por unanimidade. Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Wellington F. Souza (Secretário de Governo e Planejamento); Mariléia Reis de Oliveira (Secretária de Assistência Social); Germano Reis Coelho (engenheiro); dra. Kfusa O. Araújo (jurídica). O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos requerimentos: 10) empresa Pavel; 12) repasse para Ecoletivo. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.098, do Vereador Hedilberto Teixeira: Institui a Semana Municipal do *Mountainboard* e dá outras providências. O autor falou sobre o projeto que é fruto de pedido de membros da associação Ecoletivo. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de Legislação e de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.099, do Executivo: Autoriza o município de Rio Pomba, MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Wellington Ferreira de Souza (Vice-Prefeito e Secretário de Governo e Planejamento), Germano Reis Coelho (engenheiro) e Vinícius de Oliveira Andrade Goulart (ex-membro da Secretaria Estadual de Governo/Zona da Mata). Houve perguntas do Vereador Hedilberto Teixeira. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.099. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas se pronunciaram pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.099 foi rejeitado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Gladstone Roncalli da Silva, Demétrius Carvalho de Oliveira e Ivan Ferreira Martins; votando favoráveis os Vereadores Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Rafael disse que votou contra o pedido de empréstimo de 10 milhões e deixou claro que o município tem que definir suas prioridades. O Vereador Paulo disse que hoje é contra o projeto que pode mexer muito com a população e requer um conhecimento maior, ser mais estudado; possivelmente futuramente se consultadas as comissões e discutirem o projeto, poderá ser um projeto bom para o município. O Vereador Gladstone disse que o projeto não cita os bairros como Mutirão, Pedreira, Fomento e Rosa Mística, que realmente precisam receber segurança e visibilidade; citou o escadão do Rosa Mística que é um local totalmente escuro à noite; disse que a Câmara devolveu em 2023 um terço do valor pretendido; motivos pelos quais votou contra. O Vereador Hedilberto disse respeitar o entendimento de todos e votou a favor pela

economia de três milhões de reais que o município poderá obter. O Vereador Jorge disse que o projeto trará melhorias e segurança à população, citando o município de Tocantins que tem as câmeras do Olho Vivo e as luzes em LED; disse que as câmeras de segurança não resolvem sem uma boa visibilidade. O Vereador Demétrius disse que há recorde de arrecadação municipal nos últimos anos, inclusive na COSIP, da qual não se tem notícias de investimento em iluminação pública; disse que é preciso ter um projeto de implantação da luz de LED para que a mesma seja eficiente; questionou se fazer um empréstimo no último ano do mandato. O Vereador Ivan lembrou da tarifa da Copasa de até 74% que hoje pesa muito para a população e não se pode endividar a população mais uma vez, necessitando-se responsabilidade na administração; lembrou necessidades como a ponte do Carmelino, a Av. Manoel Fernandes abandonada por várias administrações, a Vaca Mecânica, fatos que indicam prioridades emergentes. O Vereador Maurílio disse que o projeto reforçaria também a internet e facilitaria a colocação das câmeras; agradeceu ao vice-prefeito e ao prefeito por alguns compromissos assumidos em iluminação. O Vereador Ivan lembrou que a população para a taxa de iluminação pública para isso. O Vereador Maurílio falou também sobre o compromisso da administração com o reparo de várias pontes. O Vereador Demétrius citou que as obras são feitas com dinheiro da população. O Vereador Jorge pediu que o vice-prefeito faça a ponte de madeira na comunidade do Carmelino Damião para solucionar os problemas dos moradores; solicitou que o sr. Presidente conceda a palavra ao vice-prefeito. A palavra foi concedida ao vice-prefeito que aproveitou a oportunidade para falar sobre várias ações citadas nesta reunião por vereadores e também respondeu a algumas questões apresentadas. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.100, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2024 e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.100. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, que se pronunciou pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.100 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.101, do Executivo: Autoriza o repasse de recurso do Fundo da Infância e Adolescência – FIA e a abertura de crédito especial ao orçamento para acobertar despesas a entidades. Presente no recinto, usou a palavra o sr. Wellington Ferreira de Souza explicitando sobre o projeto. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor do Projeto de Lei nº 2.101. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, que se pronunciou pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.101 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 374, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a afiliação da Câmara Municipal de Rio Pomba à Apolegis - Associação dos Poderes Legislativos da Zona da Mata e Vertentes. O sr. Presidente o remeteu às Comissões de Legislação e de Finanças. Havendo pedidos de vereadores para que a proposição fosse votada ainda hoje, ambas as comissões se manifestaram pela legalidade da proposta. Então, submetido à apreciação plenária, o Projeto de Resolução nº 374 foi aprovado por unanimidade. O

Vereador Demétrius disse que o objetivo da Apolegis é fortalecer as Câmaras da Zona da Mata e Vertentes, sendo que a Zona da Mata hoje está se tornando a mais pobre do Estado; falou da importância dessa afiliação. O Vereador Gladstone também falou sobre a importância da aquisição de conhecimentos pelos vereadores. Em sequência foi lida: a) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 616: pagamento retroativo da insalubridade dos motoristas da saúde. No pequeno expediente, o Vereador Hedilberto falou sobre a indicação. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e quarenta e dois minutos, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 2.094, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2024 e dá outras providências. A comissão opinou favoravelmente. O Vereador Demétrius falou sobre o objetivo do projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.094 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Maurílio solicitou a leitura de ofício do Gabinete do Deputado Miguel Ângelo sobre destinação de recursos a Rio Pomba, por intervenção de Carlos Magno. Com a permissão do sr. Presidente o Vereador Gladstone se retirou da sessão às dezenove horas e quarenta e oito minutos. Usaram a palavra os Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (01/abril), a qual foi aprovada por unanimidade. Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Wellington F. Souza (Secretário de Governo e Planejamento); Francis Lamas Consentino (Secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo); dra. Kíusa de Oliveira Araújo (advogada). O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos requerimentos: 09) ponte Carmelino; 11) material didático; 12) subvenção Unidos do Fomento; 13) manutenção de pontes. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Seguindo a pauta, foi lido Projeto de Lei nº 2.102, do Vereador Hedilberto Teixeira: Declara de utilidade pública o Grupo de Apoio dos Autistas de Rio Pomba – GAARP. O autor do projeto, Vereador Hedilberto, falou sobre o projeto e pediu que o mesmo fosse votado em regime de urgência. Então, o sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, a qual concluiu pela legalidade do projeto. Submetido à votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.102 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.103, do Executivo: Autoriza a suplementação em dotação no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, que se pronunciou pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.103 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.104, do Executivo: Autoriza a adesão/inclusão do protocolo de intenções do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL – SIM SAÚDE, pelo Município de Rio Pomba, MG e dá outras providências. O Vereador Hedilberto disse que seria importante haver um representante do Executivo apto a comentar sobre o projeto devido à sua extensão e elogiou o trabalho do SimSaúde, mas a Câmara teria que ouvir o secretário ou alguém da pasta da Saúde. O sr. Presidente que ainda não compareceu ninguém. O Vereador Ivan disse que quando é projeto de interesse do Executivo vem vários assessores e o Vereador Jorge pede para falar, faltando compromisso da gestão porque o projeto é sobre a Saúde. O Vereador Jorge disse que certamente o projeto é benéfico à população para melhoria da Saúde. O Vereador Gladstone disse que o projeto abrange todos os municípios consorciados e estão sendo aprovados pelas Câmaras, conforme aprofundamento que fez sobre o assunto. O Vereador Jorge entendeu então se tratar de uma adequação. O Vereador Demétrius disse que os anexos do projeto compõem várias folhas e são padrão. O Vereador Rafael disse que, apesar de não haver ninguém do Executivo para explicar, o projeto é benéfico e apoiou o regime de urgência. O Vereador Demétrius concordou com o Vereador Hedilberto e ressaltou sobre a

formalização do rateio em cada exercício. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o regime de urgência solicitado pelo autor. O plenário unanimemente aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças, que se pronunciaram pela legalidade do projeto. Colocado em votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.104 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 620: revitalização e capina da pracinha localizada na Vila Militar; 2) Indicação nº 621: capina no espaço de leilões localizado ao lado da quadra coberta do parque de exposições; 3) Indicação nº 622: implantação de placas fotovoltaicas no prédio sede da Câmara; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 113-3ª edição: manutenção de passeios e bocas de lobo no alto do trevo; 2) Indicação nº 618: providências na comunidade da Serrinha; 3) Indicação nº 619: uso noturno na quadra do Cras; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 617: providências na Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 618: providências na comunidade da Serrinha. No pequeno expediente, os Vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às dezoito horas e quarenta e oito minutos, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Frederico) a respeito do Projeto de Lei nº 2.098, do Vereador Hedilberto Teixeira: Institui a Semana Municipal do *Mountainboard* e dá outras providências. Ambas opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.098 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto agradeceu aos colegas pela aprovação e aos organizadores pela iniciativa em favor do esporte em nosso município. O Vereador Demétrius sugeriu que os organizadores procurem integrar o evento mountainboard ao Torneio de Férias. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Gladstone falou sobre a utilização inadequada da lixeira coletiva localizada na entrada da região rural de Vogados, próximo ao loteamento Premier; relatou que recebeu imagens de um veículo Fiat/Strada branco de morador do centro da cidade deposita lixo domiciliar no lugar mencionado e ainda com soltura de caramujos africanos, e pediu que moradores da cidade não façam isso pois existe o recolhimento de lixo municipal; falou também sobre a precariedade da estrada da região de Contendas. O Vereador Rafael se pronunciou sobre a destinação de recursos parlamentares da parte da Deputada Delegada Sheila à Apae, estando presentes no recinto a mencionada deputada e três membros da diretoria da Apae. O sr. Presidente convidou a Deputada Estadual delegada Sheila a usar a palavra, sendo que então a deputada se posicionou na tribuna, recordou o período que trabalhou em Rio Pomba e sobre as suas parcerias estabelecidas no município, colocando-se ainda à disposição em seu gabinete à população de Rio Pomba; citou que está presente na cidade hoje para falar sobre a violência contra a mulher no Cine Cultural. O Vereador Hedilberto também falou sobre a importância do compromisso de deputados com o nosso município. O Vereador Jorge também agradeceu a atenção dos deputados e disse que os vereadores sempre estão atentos aos deputados parceiros. O Vereador Demétrius agradeceu pessoalmente à deputada; falou sobre a questão dos caramujos que trazem risco à saúde; falou sobre o abandono de algumas estradas rurais e o abandono do pátio do

DER e a degradação do passeio que faz a ligação com o Lindo Vale; relatou sua visita ao campo da Usina Ituerê, local que poderia ser preservado para utilização das comunidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dezesseis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Nona Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausentes Jorge Luís Martins Soares e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 2.105, do Executivo: Acrescenta à Lei nº 1.469/2014, nas partes que mencionam. O Vereador Paulo compareceu às 19h05min, ao final da leitura. O sr. Presidente colocou em apreciação Plenária o pedido de urgência do Executivo, pedido este que foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva; votando contra o Vereador Ivan Ferreira Martins. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação (o Vereador Jorge foi substituído pelo Vereador Frederico), de Saúde e de Finanças (o Vereador Jorge foi substituído pelo Vereador Frederico) opinaram pela legalidade do projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.105 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius disse ser favorável porque o projeto visa atender ao SISBI. O Vereador Ivan disse votar a favor pela sua coerência em não ser contra a saúde e o produtor rural. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.106, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o Secretário Municipal de Saúde, Jair de Paula Coelho, para explicar sobre a proposição, que basicamente é devido à *plenagem* da saúde dos Estados aos municípios. Os Vereadores participaram com perguntas e comentários. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças (o Vereador Jorge foi substituído pelo Vereador Frederico), a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.106 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (15 e 19/abril), as quais foram aprovadas por unanimidade. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Em sequência foram lidas: a) Demétrius C. Oliveira: 1) Indicação nº 241-4ª edição: manutenção das caixas pluviais da Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 295-2ª edição: poda e limpeza de árvores das praças; 3) Indicação nº 463-2ª edição: restauração do coreto da Pç. Dr. Último de Carvalho; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 624: manutenção no Centro Integrado de Educação e Lazer – CIEL; 2) Indicação nº 626: substituição de poste de sustentação de rede; c) Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 625: contenção às margens da Av. do Contorno. No pequeno expediente, os Vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 14: Requer a relação nominal dos ocupantes de cargos comissionados. O autor falou sobre os objetivos do requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por 07 (sete) votos. O Vereador Jorge Luís Martins Soares se absteve de votar porque estava fora do plenário no momento da leitura do requerimento. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Gladstone pediu que as ações da administração em combate ao caramujo africano se estendam às várias localidades do município onde estão sendo encontrados; falou sobre o seu novo local de trabalho (CAPS) que necessita de reparos urgentes. O Vereador Demétrius falou sobre a instalação de *playgrounds*; falou sobre a necessidade de expandir a utilização do CIEL; relatou que as deficiências na atual sede do Caps são de desde antes da transferência do Vereador Gladstone, inclusive falta de energia elétrica; falou sobre a importância do Dia das Mães. A pedido do Vereador Gladstone, os vereadores fizeram a “Oração do Pai Nosso” em intenção da tragédia no Rio Grande do Sul, e o Vereador Jorge pediu para incluir a intenção do Dia das Mães. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís M. Soares Paulo Henrique da Silva Rafael V. Martins

Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e seis minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (06/maio), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, suplente de secretário, atuou como secretário na ausência do Vereador Hedilberto. Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Wellington F. Souza (Vice-Prefeito); Gilberto dos Santos (Secretário de Governo e Planejamento); dra. Kíusa de Oliveira Araújo (advogada). O sr. Presidente informou que o Executivo respondeu ao pedido de informações formulado pelo Requerimento nº 14 (cargos comissionados). O sr. Presidente comunicou o recebimento do Processo de prestação de contas do Executivo, exercício de 2022: com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, processo nº 1148369; o qual já está com a Comissão de Finanças e à disposição dos vereadores, que têm trinta dias para apresentar pedidos de informações à citada comissão. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.107, do Executivo: Dispõe sobre a concessão do auxílio alimentação e gratificação de serviço aos motoristas lotados em diversos órgãos do município de Rio Pomba. Consultado, o Plenário aprovou pela unanimidade dos presentes o pedido de urgência do Executivo. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Hedilberto foi substituído por Gladstone). Ambas opinaram pela legalidade do projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.107 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.108, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Ivan solicitou ao sr. Presidente que concedesse a palavra ao Secretário de Governo, Gilberto dos Santos. Na tribuna, o secretário fez seu pronunciamento. O Vereador Ivan disse existir carência muito grande porque o secretário que o antecedeu não manteve diálogo com esta Casa e nem reciprocidade, faltando também atuação mais do que falar; disse esperar do atual secretário um dinamismo maior; perguntou ao Secretário se a fonte de recursos ora tratados é emenda do ex-Deputado Júlio Delgado. O Vereador Jorge disse que é fruto de *superávit*, excesso de arrecadação. O Secretário Gilberto dos Santos disse não ter a resposta solicitada pelo Vereador Ivan porque ainda não teve completo acesso a determinadas questões, sendo que tomou posse recentemente, no dia 15 de abril, sendo difícil assimilar tantas informações; disse que a contadora Glória estava destinada a vir aqui mas precisou ausentar-se; ressaltou que a justificativa do projeto traz o esclarecimento e se comprometeu a trazer por escrito a comunicação para tranquilizar a atuação do vereador. O Vereador Demétrius cumprimentou os motoristas pela atuação e deu as boas vindas ao Gilberto dos Santos

como secretário; disse não estar entendendo o projeto porque a Câmara recebeu informações da Câmara dos Deputados relatando o repasse de 960 mil reais a Rio Pomba a título de emenda do ex-Deputado Júlio Delgado, que era destinado ao loteamento Panorama e foi realocado para o Belvedere, sendo que agora vem este projeto de lei de 894 mil, causando estranheza a Câmara dos Deputados haver informado o valor de 960 mil; disse que o projeto vem hoje para a obra começar amanhã e que ainda não tem a placa da obra, gerando questionamentos da comunidade. O Secretário Gilberto dos Santos disse que o número do repasse demonstra se tratar de convênio; disse que as placas serão colocadas e se comprometeu a trazer as informações. Às dezoito horas e vinte e oito minutos compareceu à sessão o Vereador Hedilberto Teixeira. O sr. Presidente consultou o Plenário a respeito do pedido de urgência do autor do projeto, sendo que votaram a favor: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares. Votaram contra: Gladstone Roncalli da Silva, Demétrius Carvalho de Oliveira e Ivan Ferreira Martins. O Vereador Gladstone disse que votou contrário por ter dúvidas a serem esclarecidas, como membro da Comissão de Obras. O Vereador Hedilberto Teixeira manifestou seu voto como “pedido de vistas”. Os Vereadores Demétrius e Ivan também votaram contra a urgência pelas dúvidas existentes. O Vereador Hedilberto comentou que é favorável à urgência mas pede vistas. Permitido a usar a palavra, o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho, disse que a questão de valor é ligada ao processo licitatório, que pode resultar num valor diferente da emenda parlamentar, como ocorreu nesse caso em 894 mil, mas a dotação consta os 960 mil reais do ex-Deputado Júlio Delgado; sobre os recursos próprios, disse que obra pública é passível de aditivo, motivo pelo qual se colocou o valor menor do que 960 mil. O sr. Presidente então determinou a tramitação do projeto e o encaminhou para análise da Comissão de Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.109, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para apoio a pessoas físicas e jurídicas que enquadram nos requisitos da Lei Federal nº 14.399/2022 – Lei Aldir Blanc e dá outras providências. A pedido de vereadores, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência, que foi aceito unanimemente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.109 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.110, do Executivo: Cria o Conselho Municipal de cultura – CMC e o Fundo Municipal de Cultura – FAC e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Executivo. O Plenário aprovou a urgência por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. Todas se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.110 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius falou da importância da atuação dos conselhos. Ato contínuo, o sr. Presidente disse que estava tramitando o Projeto de Lei nº 2.111, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025 e dá outras providências; e consultou se o Plenário dispensava a leitura, tendo em vista que permaneceria tramitando. A dispensa da leitura foi consentida pelo Plenário.

Então, o projeto seguiu tramitando e o sr. Presidente comunicou que os vereadores têm quinze dias para emendas. A pedido do Vereador Jorge Luís Martins Soares e havendo a concordância do Plenário, o sr. Presidente convidou a usar a tribuna o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho, para falar sobre as ações de combate à dengue. O Secretário de Saúde, Jair P. Coelho, fez seu pronunciamento. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 15: requer informações sobre a reforma do coreto. O autor falou sobre o seu pedido de informações. Votado, o Requerimento nº 15 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 097-3ª edição: instalação de parques infantis em praças públicas; 2) Indicação nº 220: adicional de insalubridade para varredores de rua; 2) Indicação nº 630: passagem elevada para pedestres no bairro Jardim América; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 628: placa de identificação no Caps; 2) Indicação nº 629: área de embarque e desembarque no Caps; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 623: plantio da crotalária; 2) Indicação nº 627: reforma em calçamentos rurais; 2) Indicação nº 627: reforma em calçamentos nas estradas rurais. No pequeno expediente, os Vereadores inscritos falaram sobre as indicações. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 15: Requer informações sobre a reforma do coreto. O autor falou sobre os objetivos do requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas e oito minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausentes Gladstone Roncalli da Silva e Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, suplente, assumiu as funções de secretário na ausência do titular. O sr. Presidente anunciou a votação do pedido de urgência do Executivo para o Projeto de Lei nº 2.108, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Os Vereadores Jorge e Frederico recordaram que o pedido de urgência já foi votado na sessão anterior. Presente no recinto, o sr. Presidente convidou a usar a palavra a contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos, para falar sobre o projeto. A sra. Glória então se pronunciou elucidando dúvidas que foram apresentadas pelos srs. vereadores e prestou informações; especialmente foi informado que o valor originalmente era da emenda do então Deputado Júlio Delgado, mas que se tornou “contrato de repasse” devido ao término do mandato do citado parlamentar. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo), a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.108 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Jorge Luís Martins Soares e Ivan Ferreira Martins; sendo que o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira se absteve de votar. O Vereador Demétrius justificou seu voto dizendo estar preocupado com as consequências da obra relacionadas à drenagem pluvial, não possuindo conhecimentos técnicos e devido à ausência de um engenheiro para informar questões técnicas da obra. O Vereador Ivan disse também ter dúvidas e lamentou que o Executivo não tenha enviado ninguém do seu corpo técnico para apresentar informações detalhadas, ao contrário de quando se pede empréstimos; disse que a obra de fato ajudará os moradores mas se vier a trazer danos e transtornos podem contar com ele para acionar a Justiça. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia três de junho de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (20 e 24/maio), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária as justificativas das ausências dos Vereadores Gladstone R. Silva e Hedilberto Teixeira na sessão extraordinária anterior, as quais foram aceitas pela unanimidade.

Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Jair de Paula Coelho (Secretário de Saúde); Gilberto dos Santos (Secretário de Governo e Planejamento); dra. Kíusa de Oliveira Araújo (advogada). A seguir, conforme prévia solicitação, o sr. Presidente convidou o extensionista da Emater Bruno Lima Sant'Anna para fazer a apresentação do relatório anual de atividades 2023. Usando de recursos multimídia, o extensionista Bruno fez a sua apresentação que contou com a participação ativa dos vereadores. O Vereador Demétrius C. Oliveira compareceu à sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos. Dando continuidade foi lida a recomendação eleitoral da sra. Promotora de Justiça. Seguiu tramitando o processo de prestação de contas do Executivo, exercício de 2022: com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, processo nº 1148369. Permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; b) Projeto de Lei nº 2.111, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025 e dá outras providências. Sobre o Projeto de Lei nº 2.111 o sr. Presidente comunicou que na próxima sessão haverá a audiência pública e o encaminhou para a Comissão de Finanças. Passando às novas proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 40, do Executivo: Altera a Lei Complementar nº 23/2019 e dá outras providências. Presente no recinto, usou a palavra para explicitar sobre o projeto o Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho; durante o uso da palavra houve a participação de vereadores; na oportunidade, o Secretário de Saúde falou também o Projeto de Lei nº 1.469/2014. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito unanimemente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças, as quais se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 40 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius comentou sobre o seu voto. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.112, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Dispõe sobre a implantação de Código QR em todas as placas de obras públicas municipais para leitura e fiscalização eletrônica. O Vereador Ivan comentou sobre o seu projeto. O Vereador Rafael parabenizou o autor. O Vereador Demétrius falou sobre a obrigatoriedade da colocação das placas de obras. O Vereador Hedilberto parabenizou o autor pois o projeto traz transparência. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as

comissões de Legislação (o Vereador Ivan foi substituído por Gladstone) e de Finanças. O Vereador Rafael e o sr. Presidente solicitaram à assessora jurídica da Câmara que emita seu parecer sobre este projeto. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências. O autor do projeto, Vereador Paulo, falou sobre a proposta. O Vereador Hedilberto parabenizou o autor pela importância do projeto e lembrou que a atual administração apoia muito o esporte no município. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação (o Vereador Paulo foi substituído por Gladstone), Assistência (o Vereador Paulo foi substituído por Frederico) e de Finanças. O sr. Presidente solicitou à assessora jurídica da Câmara que emita seu parecer sobre este projeto. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.114, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.469/2014 nas partes que menciona. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito unanimemente. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças, as quais se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.114 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius disse que votou a favor em consideração aos moradores do loteamento Panorama. O Vereador Ivan falou sobre obras que estão sendo necessárias ou afetando a população. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.115, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal para o mandato de 2025 a 2028 e dá outras providências. O Vereador Demétrius comentou. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Hedilberto foi substituído por Frederico). Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 375, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio dos Vereadores para a Legislatura de 2025 a 2028 e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para as comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Hedilberto foi substituído por Frederico). Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 16, dos Vereadores Rafael V. Martins, Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Gladstone R. Silva: requer informações sobre gastos com publicidade e propaganda. O Vereador Demétrius comentou sobre os objetivos do requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado o Requerimento nº 17, dos Vereadores Rafael V. Martins, Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Gladstone R. Silva: requer informações sobre programas sociais. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Gladstone pediu que seja informado imediatamente tão logo seja respondido. O Vereador Demétrius também comentou. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 631/2024: reparos na rede de captação de águas e tampas de bueiro; 2) Indicação nº 632/2024: reparos no muro das casas populares. No pequeno expediente o Vereador Demétrius falou sobre suas indicações. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada

em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e nove minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis; ausente Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (03/junho), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Representante do Executivo habilitados para usar a palavra: Gilberto dos Santos (Secretário de Governo e Planejamento). Às dezoito horas e onze minutos, o sr. Presidente deu abertura à audiência pública para discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, através da contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos; a oradora utilizou-se de recursos multimídia e respondeu a questionamentos dos srs. vereadores; encerrando-se a audiência às dezoito horas e trinta e um minutos. Seguiu tramitando o processo de prestação de contas do Executivo, exercício de 2022: com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, processo nº 1148369. Permaneceu em tramitação o Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Seguindo a pauta, foi lido o parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 2.112, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Dispõe sobre a implantação de Código QR em todas as placas de obras públicas municipais para leitura e fiscalização eletrônica. O sr. Presidente disse que o projeto está com as comissões de Legislação e de Finanças. A pedido dos Vereadores Hedilberto, Gladstone, Ivan, Demétrius e Jorge, por considerarem que o projeto não tem vício de iniciativa e tem por objetivo a transparência; o sr. Presidente consultou se as comissões emitiriam os pareceres verbais, quando então as Comissões de Legislação (Gladstone e Jorge) e de Finanças (Hedilberto, Frederico e Jorge) manifestaram-se pela legalidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.112, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Ivan agradeceu pela aprovação. A seguir, foi lida a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113. Tanto a emenda quanto o Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; seguiram tramitando sob análise das Comissões de Legislação, Assistência e Finanças; e o sr. Presidente solicitou também o parecer jurídico. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas. O sr. Presidente determinou a sua tramitação, encaminhou-o às Comissões de Legislação, Obras, Finanças e à assessoria jurídica. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.117, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Dispõe sobre a celebração do Dia da Cavalgada no município de Rio Pomba. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e encaminhou-o à Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.118, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção ao América Atlético Clube e dá outras providências. Não havendo pedido de urgência do Executivo, mas tendo em vista que

pode haver impedimento de fazer o repasse pela Lei Eleitoral a partir de 06 de julho (3 meses antes das eleições), o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à votação ainda hoje, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças (Hedilberto, Frederico e Jorge), a qual opinou favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.118 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius disse que a administração deveria investir recursos no Ciel. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.119, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção à Assoc. Desportiva Champion Futebol Clube e subvenção ao G.R.E.S. Partido Alto e dá outras providências. Não havendo pedido de urgência do Executivo, mas tendo em vista que pode haver impedimento de fazer o repasse pela Lei Eleitoral a partir de 06 de julho (3 meses antes das eleições), o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à votação ainda hoje, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças (Hedilberto, Frederico e Jorge), a qual opinou favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.119 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius disse votar, assim como o anterior, para que a entidade não perca o recurso enviado. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à possibilidade de deliberar um projeto de lei enviado hoje pelo Executivo, tratando-se do Projeto de Lei nº 2.120: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção Escola de Samba Unidos do Fomento e dá outras providências. O Plenário recepcionou o projeto pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente determinou a sua leitura e, após, solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente. A seguir, o Projeto de Lei nº 2.120 foi submetido à votação plenária e aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Hedilberto disse que os três projetos são semelhantes pois se tratam de emendas parlamentares, aos quais cabem agradecimentos. Após, foi lido o Requerimento nº 18, do Vereador Demétrius C. Oliveira: Requer informações sobre repasse sanitário ao Fundo Municipal de Saneamento. O autor falou sobre o requerimento. Submetido à votação plenária, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Hedilberto disse que a Câmara deveria solicitar ajuda à Promotoria de Justiça em face da cobrança da taxa de esgoto enquanto as obras estão paradas, pois o pagamento dessa taxa está pesando para a população. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 215/2021-4ª edição: verticalização do cemitério (construção de gavetas); 2) Indicação nº 246/2021-3ª edição: aquisição de bauer com kit multitarefa; 3) Indicação nº 272/2021-2ª edição: iluminação pública na Rua Casuarina, bairro Belvedere; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 633: implementar Unidade de Atendimento Integrado (UAI); 2) Indicação nº 634: mutirão da saúde na especialidade de ortopedia; 3) Indicação nº 635: festa do Curral Bonito. No pequeno expediente os autores falaram sobre suas indicações. Às dezenove horas e trinta e seis minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 04, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 2.111. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.111, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a

execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025 e dá outras providências; o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido o Parecer nº 02, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Lei nº 2.115 e a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.115. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação a respeito do Projeto de Lei nº 2.115, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal para o mandato de 2025 a 2028 e dá outras providências; e da emenda. Esta comissão (Ivan, Jorge e Frederico) manifestou-se pela legalidade. Colocados em votação, primeiro a Emenda nº 01 e depois o Projeto de Lei nº 2.115, ambos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. Seguindo, foi lido o Parecer nº 03, da Comissão de Finanças, ao Projeto de Resolução nº 375 e a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 375. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação a respeito do Projeto de Resolução nº 375, da Mesa Diretora: Estabelece o subsídio dos Vereadores para a Legislatura de 2025 a 2028 e dá outras providências. Esta comissão (Ivan, Jorge e Frederico) manifestou-se pela legalidade. Colocados em votação, primeiro a Emenda nº 01 e depois o Projeto de Resolução nº 375, ambos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Jorge agradeceu aos deputados que têm apadrinhado os interesses de Rio Pomba, citando especialmente o Deputado Coronel Henrique. O Vereador Gladstone falou sobre a comissão volante da Polícia Civil que veio até Rio Pomba emitir as carteiras de identidade, por intermédio do Deputado Tito Torres, evento que foi recepcionado aqui na Câmara. O Vereador Demétrius também agradeceu a Deus pelo seu mandato e a possibilidade de estar ajudando a população, inclusive conseguindo recursos através de deputados; relatou falhas em serviços municipais, como no CAPS, casos de dengue, câmeras de vigilância de vias. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas e dez minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausentes Gladstone Roncalli da Silva e Frederico Senra Condé; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (18/junho), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Ofício nº 138, do Executivo. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.121, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Gladstone Roncalli da Silva compareceu à sessão às dezessete horas e dezoito minutos. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou pela aprovação do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.121 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius disse que esta é a reunião mais feliz do seu mandato pois a Câmara está votando recursos a seis instituições que prestam serviço à comunidade. O Vereador Jorge disse que é muito importante o apoio obtido junto aos deputados. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.122, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para acobertar despesas com subvenção ao Grupo de Apoio ao Autista de Rio Pomba – GAAP. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou pela aprovação do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.122 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Hedilberto falou da importância desse recurso para muitas famílias de Rio Pomba que estão enfrentando o diagnóstico do autismo. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.123, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção à entidades e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou pela aprovação do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.123 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Hedilberto disse que o valor ajudará muito à Aaparp no seu trabalho de cuidar dos animais abandonados, assim como a Banda Santa Cecília está sendo contemplada por ser um patrimônio municipal. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.124, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção à entidades e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência solicitado pelo Chefe do Executivo, o qual foi aceito pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se manifestou pela aprovação do

projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.124 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius falou sobre a importância do trabalho do Lar Lygia Cunha e do apoio de deputados às necessidades do município. O Vereador Jorge também falou da importância do apoio de deputados ao município e suas entidades. O Vereador Demétrius parabenizou e agradeceu aos deputados que contemplam Rio Pomba com emendas parlamentares. O Vereador Gladstone também reconheceu o trabalho do Lar Lygia Cunha, inclusive como ex-funcionário. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e vinte e seis minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (02/julho), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente informou que o Executivo respondeu ao requerimento: 18) fundo municipal de saneamento. Permaneceram em tramitação: 1) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; 2) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas; 4) Projeto de Lei nº 2.117, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Dispõe sobre a celebração do Dia da Cavalgada no município de Rio Pomba. Todos esses projetos estão em análise das comissões permanentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 640: declaração de patrimônio imaterial do doce de leite pastoso Boreal; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 637: aumentar números de vagas e valorização salarial dos profissionais de apoio escolar; 2) Indicação nº 638: instalação de quebra-molas; 3) Indicação nº 639: área exclusiva para acessibilidade. No pequeno expediente o Vereador Demétrius falou sobre a sua indicação. Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 05, da Comissão de Finanças: prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2022 – aprovação das contas. A seguir, nos termos dos arts. 24, § 4º e 241 do Regimento Interno, o sr. Presidente colocou em votação, por chamada nominal e pública, o Projeto de Decreto Legislativo nº 220, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2022. Votaram pela aprovação das contas: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Martins Soares, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. Portanto, as contas do Chefe do Executivo do exercício de 2022 foram aprovadas por unanimidade. Em conformidade com o art. 43 do Regimento Interno o sr. Presidente da Câmara não votou. Tendo em vista as restrições do período eleitoral, em conformidade com os arts. 73 e 74 da Lei nº 9.504/1997, não se realizou o grande expediente da sessão, onde os vereadores podem tratar de assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e trinta e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (05/agosto), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir foi lida correspondência do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, SindUte Ubá. Representantes do Executivo habilitados para usar a palavra: Kíusa de Oliveira Araújo (advogada); Michele Pâmela Gonçalves da Costa Lisboa (Secretária de Saúde). Permaneceram em tramitação: 1) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; 2) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas. O sr. Presidente disse que o Projeto de Lei nº 2.117 iria permanecer em tramitação, quando então o Vereador Ivan Ferreira Martins, autor do Projeto de Lei nº 2.117: Dispõe sobre a celebração do Dia da Cavalgada no município de Rio Pomba; pediu que o mesmo fosse colocado em votação, tendo em vista se tratar simplesmente de uma data comemorativa e desnecessário o parecer jurídico. O sr. Presidente consultou e a assessora jurídica disse que era possível. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação pronunciou-se pela legalidade (o Vereador Paulo foi substituído por Gladstone). Colocado em votação pelo sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.117 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Ivan disse se tratar de uma data comemorativa que será inserida no calendário de eventos do município, envolvendo turismo, lazer e recursos. Dando continuidade, foi lido o Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. O Vereador Gladstone disse que já conversou com o autor e o projeto deverá tramitar para revisão. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.127, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação aos motoristas lotados em diversos órgãos do município de Rio Pomba. Presente no recinto, usou a palavra a secretária de saúde, Michele Pâmela Gonçalves da Costa Lisboa, que detalhou os objetivos da lei. Os Vereadores Demétrius e Ivan teceram perguntas. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Chefe do Executivo, o que foi aceito pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestarem, pronunciaram-se favoráveis as Comissões de Legislação (Paulo foi substituído por Gladstone) e Finanças. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.127 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Hedilberto disse que futuramente precisa ser estudado um valor maior para esse projeto. O Vereador Ivan Ferreira Martins falou sobre o Projeto de Lei nº 2.112, de sua autoria (QR Code), cuja lei não foi assinada pelo Executivo. Pediu que o sr. Presidente o encaminhe para

promulgação pelo Vice-Presidente, tendo em vista o decurso do prazo. O sr. Presidente disse que o fará. Às dezoito horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Resolução nº 376, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2025. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto (Hedilberto foi substituído por Frederico). O sr. Presidente consultou e o Plenário aprovou o regime de urgência pela unanimidade dos presentes. Então, o Projeto de Resolução nº 376 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e trinta e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e sete minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (19/agosto), a qual foi aprovada por unanimidade. Permaneceram em tramitação: 1) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; 2) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas; 4) Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.129, do Vereador Hedilberto Teixeira: Declara de utilidade pública o Clube de Corrida de Rio Pomba Runners. O Vereador Ivan disse não ver objeção para esse projeto ser votado, caso queira o autor, mas o sr. Presidente decidiu mantê-lo tramitando após ouvir a assessoria jurídica da Câmara. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.130, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento vigente para apoio a pessoas jurídicas que se enquadram nos requisitos da Lei Federal 14.399/2022 – Lei Aldir Blanc e dá outras providências. O Vereador Ivan disse ao sr. Presidente que, como Presidente da Comissão de Legislação, foi orientado a pedir a retirada desse projeto por desrespeitar o prazo de tramitação. O sr. Presidente disse que ele ficará em tramitação. O Vereador Jorge sugeriu que fosse dada a palavra ao Gilberto dos Santos, Secretário de Governo e Planejamento, para explicar sobre o projeto. O Vereador Ivan disse não ter objeção ao projeto, mas que salientou o respeito aos prazos. O Vereador Demétrius pediu o parecer jurídico tendo em vista a orientação do Ministério Público Eleitoral sobre o período eleitoral. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado pelo sr. Presidente para análise da Comissão de Finanças e da assessoria jurídica da Câmara. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 642: manutenção e reparos na cobertura do parquinho de escola municipal; 2) Indicação nº 643: abastecimento de água na comunidade Damiões de Monte Alegre; 3) Indicação nº 644: reparo de rede de esgoto danificada na Estação; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 641: calçamento em morro íngreme da estrada vicinal do Bomjardim. Não havendo a cessão da palavra no pequeno expediente, o sr. Presidente encerrou a sessão às dezoito horas e vinte e quatro minutos. Foi redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de

Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente Gladstone Roncalli da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (02/setembro), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Permaneceram em tramitação: 1) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; 2) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas; 4) Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos; 5) Projeto de Lei nº 2.129, do Vereador Hedilberto Teixeira: Declara de utilidade pública o Clube de Corrida de Rio Pomba Runners. O sr. Presidente solicitou a leitura da conclusão do parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 2.130, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento vigente para apoio a pessoas jurídicas que se enquadram nos requisitos da Lei Federal 14.399/2022 – Lei Aldir Blanc e dá outras providências. A seguir, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 2.130, sendo que a comissão concluiu pela sua legalidade. Então, o Projeto de Lei nº 2.130 foi submetido à votação plenária e aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.131, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente disse não ver impedimento para que seja votado hoje. O Vereador Ivan disse ser favorável mas se queixou da não observância do prazo regimental de envio pelo Executivo. Consultado sobre o pedido de urgência do autor, o Plenário o aprovou pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Obras e de Finanças. Ambas opinaram pela legalidade do projeto. Submetido à deliberação Plenária, o Projeto de Lei nº 2.131 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou três requerimentos: a) Requerimento nº 19: requer a relação nominal dos ocupantes de cargos comissionados; b) Requerimento nº 20: requer informações sobre veículos da saúde; c) Requerimento nº 21: requer informações sobre data de leilão público. Os três requerimentos foram submetidos à votação e aprovados pela unanimidade dos presentes. Não havendo a cessão da palavra no pequeno expediente, o sr. Presidente encerrou a sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos. Foi redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausentes Frederico Senra Condé e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (16/setembro), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O plenário aceitou pela unanimidade dos presentes a justificativa do Vice-Presidente, Vereador Gladstone, para sua falta à sessão anterior. Permaneceram em tramitação: 1) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; 2) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências; 3) Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas; 4) Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. A seguir foi lido o Projeto de Lei nº 2.125, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina rua com o nome de Maria Cristina Ribeiro Bernardino. O sr. Presidente o encaminhou para análise da Comissão de Legislação. A pedido do Vereador _____ para que o projeto fosse apreciado ainda hoje, a Comissão de Legislação (o Vereador Paulo foi substituído pelo Vereador Hedilberto) emitiu o parecer pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.125, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.128, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina o Museu Histórico de Rio Pomba com o nome de Sylvio Caiaffa de Mendonça. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação (o Vereador Jorge foi substituído por Rafael), pedindo atenção para a possibilidade de se estar modificando denominação, o que é vedado por lei. O Vereador Ivan sugeriu que a assessoria jurídica da Câmara analise o projeto e o sr. Presidente avalizou a sugestão. Seguindo os trabalhos, passando ao Projeto de Lei nº 2.129, do Vereador Hedilberto Teixeira: Declara de utilidade pública o Clube de Corrida de Rio Pomba Runners; o sr. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Legislação (o Vereador Paulo foi substituído por Gladstone). A comissão se manifestou pela legalidade. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.129 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lida a mensagem do Executivo de encaminhamento das peças orçamentárias para 2025. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 2.132, do Executivo: Altera o Anexo - 1 de Metas e Prioridades, o Anexo II Metas Fiscais e o Anexo III Riscos Fiscais da Lei nº 1.964/2024, de 24/06/2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Finanças. Em sequência foi lido Projeto de Lei nº 2.133, do Executivo:

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2025. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e anunciou o início do prazo para emendas em geral (15 dias) e emendas impositivas (30 dias). Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.134, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação. Após, foi lida a Moção nº 2, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Moção de aplausos à Soma Nutrição Animal. Submetida à votação, esta moção foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, Moção nº 3, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Moção de aplausos a Avelino Gregório Vieira. Submetida à votação, esta moção foi aprovada pela unanimidade dos presentes. E ainda, foi lida a Moção nº 4, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Moção de aplausos aos garis. Submetida à votação, esta moção foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Sobre as moções se pronunciaram os Vereadores Ivan e Demétrius. No pequeno expediente os vereadores puderam se manifestar sobre as proposições. Aberta a ordem do dia às dezenove horas, os vereadores puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Pronunciaram-se os Vereadores Demétrius, Ivan, Gladstone, Hedilberto, Rafael e Maurílio. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (08/outubro), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O Executivo respondeu aos requerimentos: a) 19: cargos comissionados; b) 20: ambulâncias; a) 21: leilão de patrimônio. O sr. Presidente deu abertura à audiência pública para discussão da proposta orçamentária para 2025, através da contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos; a oradora utilizou-se de recursos multimídia e respondeu a questionamentos dos srs. vereadores. O Vereador Jorge Luís Martins Soares compareceu à sessão durante a audiência e integrou-se ao plenário. Foi retirado de tramitação por solicitação dos autores: Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Permaneceu em tramitação: 1) Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.113 e Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Rafael Vilela disse estar analisando a compatibilidade desse projeto com a lei do auxílio esporte e na próxima sessão estará apto a opinar sobre o projeto. A seguir, o autor, Vereador Ivan Ferreira, solicitou que as comissões se manifestassem sobre o Projeto de Lei nº 2.116, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Estabelece a instalação de equipamento de proteção contínua (guarda-corpo) nas pontes, viadutos e passarelas. O Vereador Jorge Luís disse estar apto. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (o Vereador Ivan foi substituído por Frederico), de Obras e de Finanças. As três comissões opinaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.116, o qual foi aprovado por unanimidade. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. Seguindo a pauta, foi lida a conclusão do parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 2.128, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina o Museu Histórico de Rio Pomba com o nome de Sylvio Caiaffa de Mendonça. Consultada a se manifestar, a Comissão de Legislação (o Vereador Jorge foi substituído por Rafael) opinou pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à apreciação plenária o Projeto de Lei nº 2.128, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.132, do Executivo: Altera o Anexo - 1 de Metas e Prioridades, o Anexo II Metas Fiscais e o Anexo III Riscos Fiscais da Lei nº 1.964/2024, de 24/06/2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025; b) Emenda ao Projeto de Lei nº 2.133: 01-Aditiva e Projeto de Lei nº 2.133, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2025; c) Projeto de Lei nº 2.134, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras

providências. Estes três projetos estão com a Comissão de Finanças. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.135, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a conceder bônus excepcional aos profissionais da educação básica integrantes do quadro ativo de pessoal do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi recebido unanimemente pelo Plenário. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças. As três comissões opinaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.135, o qual foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto agradeceu ao Prefeito Reginaldo e à Secretária de Educação Simone, por terem atendido a este pedido sobre o qual ele encaminha indicações desde 2022. A seguir, segue relação das moções que foram aprovadas pela unanimidade do Plenário, tendo sido cada uma delas lidas e submetidas à votação individualmente: a) Moção nº 5, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Silas Teófilo Batista; b) Moção nº 6, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Andréa Caetano de Oliveira; c) Moção nº 7, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Emerson Ricardo Vaz; d) Moção nº 8, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Moção de aplausos a Everaldo Bellini Caetano; e) Moção nº 9, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Mônica Costa Val da Silva Pinto Borges; f) Moção nº 10, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Eliana Haber Toledo Alves; g) Moção nº 11 do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Ideraldo Luís Quintão Trindade; h) Moção nº 12 do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos a Gilberto Arrighi Gaudereto; i) Moção nº 13 do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos à diretoria voluntária da Apae; j) Moção nº 14 do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos a Tarcília Aparecida do Carmo Bernardino. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 645: providências na Vila Ezequiel; 2) Indicação nº 646: manutenção das piscinas do Ciel; 1) Indicação nº 647: reutilização ou preservação de material de telhado; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 648: transporte de estudantes para o Enem. O Vereador Ivan Ferreira Martins apresentou o Requerimento nº 22: requer informações sobre a prestação de serviços de entidade (à Presidente da Aaparp). O autor disse que apresenta este requerimento tendo em vista a aplicação de dinheiro público, com a finalidade de saber detalhamentos sobre a forma como os serviços estão sendo prestados. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Jorge disse ter muito orgulho do serviço prestado pela Aaparp. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e quinze minutos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 221, do Vereador Ivan: Outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (Reinaldo Lima Silveira). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 222, do Vereador Gladstone: Outorga homenagem de cidadania honorária e dá outras providências (Luciana de Oliveira Torres). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, do Vereador Jorge: Outorga homenagem de cidadania benemerita e dá outras providências (Carlos Eduardo Costa Pinto). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Ainda, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 224,

do Vereador Jorge: Outorga homenagem de cidadania honorária e dá outras providências (Vitor da Costa Ferreira). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Finalizando, com a permissão Plenária, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 225, do Vereador Hedilberto: Outorga homenagem de honra ao mérito profissional e dá outras providências (Maria Aparecida Alves Silva). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (21/outubro), a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente deu início à Tribuna Livre, convidando o sr. José Flávio Lima para falar sobre mata-burros da zona rural com abertura central, contrariando lei municipal existente; e também sobre cascalho que ainda não foi aplicado nas estradas rurais da região de Granatos, mas encontra-se depositado em terrenos vizinhos. O orador fez sua explanação que contou com a participação de vereadores; o orador encaminhou pedido ao Vice-Prefeito eleito para que os secretários municipais sejam pessoas de capacidade técnica. O Vereador Rafael Vilela teceu comentários a respeito. Passando às proposições, seguiu-se ao Projeto de Lei nº 2.113, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências. As comissões manifestaram-se aptas a proferirem seus pareceres. As três comissões envolvidas: Legislação (Gladstone substituiu Paulo), Assistência (Frederico substituiu Paulo) e Finanças, opinaram favoravelmente ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.113 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Rafael parabenizou ao autor pelo projeto que trará condições legais para a secretaria de esportes apoiar os atletas. O Vereador Ivan também parabenizou o autor pelo projeto e disse que cobrará a sua execução. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.136, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Declara de utilidade pública a Liga Carnavalesca de Rio Pomba-LICARP. A pedido do autor, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à colocação deste projeto em regime de urgência. Aprovado o regime de urgência, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (Rafael substituiu Jorge), a qual opinou pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.136, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.137, do Executivo: Declara de utilidade pública o Instituto Realizar de Educação, Cultura, Artes e Esportes. O Vereador Rafael disse que nenhum vereador tem conhecimento sobre os serviços prestados pela entidade na cidade. O Vereador Ivan disse que perguntou aos vereadores se a conheciam, sendo uma entidade de Ubá. O Vereador Rafael disse que é um descaso e opinou a deixar para a próxima reunião. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação. A seguir foi lida: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 649: manutenção em passagem de água no Bomjardim. No pequeno expediente o Vereador Jorge falou sobre a indicação. Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Resolução nº 377, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal para a solenidade de instalação dos Poderes Legislativo e Executivo. O Plenário concedeu

o regime de urgência para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, a qual opinou favoravelmente ao projeto. Ultimada a votação, o Projeto de Resolução nº 377 foi aprovado por unanimidade. Permaneceram tramitando, aguardando o parecer da Comissão de Finanças: a) Projeto de Lei nº 2.132, do Executivo: Altera o Anexo - 1 de Metas e Prioridades, o Anexo II Metas Fiscais e o Anexo III Riscos Fiscais da Lei nº 1.964/2024, de 24/06/2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025; b) Emendas ao Projeto de Lei nº 2.133: 01-Aditiva e Projeto de Lei nº 2.133, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2025; c) Projeto de Lei nº 2.134, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Gladstone falou sobre o mês novembro azul, sobre a saúde masculina. O Vereador Demétrius falou sobre questões diversas que afligem a população, como situação do loteamento Panorama. A Presidente da Aaparp – Associação dos Amigos e Protetores de Animais de Rio Pomba, Ira Lima, trouxe documentos a pedido da Câmara e pediu para usar a palavra, o que foi concedido pelo Plenário. Ela se comprometeu a trazer documentação com informações complementares. O Vereador Ivan disse que irá estudar os documentos enviados como parte da sua função, não se tratando de perseguição contra a entidade. O Vereador Jorge disse ter muito orgulho do trabalho da associação e lembrou ser autor da lei de controle populacional de cães e gatos. O Vereador Hedilberto citou que a causa animal e responsabilidade do poder público e a associação depende de trabalho voluntário com muito esforço e dificuldade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que convidou a usar a Tribuna Livre o sr. Ricardo Rodrigues dos Santos, para falar sobre provável cometimento de atos de improbidade administrativa no Executivo Municipal e supostas perseguições individuais. Durante o uso da tribuna livre o Vereador Jorge Luís Martins Soares compareceu à sessão, às dezoito horas e dezoito minutos. O orador mostrou situação recorrente em Rio Pomba, que diz respeito a processo seletivo da Prefeitura com pré-requisitos dos candidatos, no qual ele (orador) passou e se classificou em segundo lugar; prosseguiu dizendo que obteve alegações de algum órgão de que só poderia ser convocado caso um daqueles que participaram de outra seletivas viessem a falecer ou aposentar; disse que houve a aposentadoria de um servidor e se criou uma vaga; no entanto, a Prefeitura, em um ato administrativo, com ou sem ressalva no campo jurídico, está implantando outros colaboradores para a função de motorista, apontando o orador documentos que seriam disponibilizados aos vereadores; citou que os requisitos para a seletiva exigiam cursos e habilitação “D”, e questionou se, diante do período eleitoral impedir a convocação, a Prefeitura pode pegar qualquer outro colaborador e fazê-lo exercer esse tipo de finalidade; questionou também se esses servidores têm os cursos necessários e habilitação “D”; questionou se os pacientes sabem que os condutores não têm os cursos e normas que são necessárias para os veículos da Prefeitura; questionou qual será a explicação para os familiares no caso de um acidente; disse que está aqui brigando pela sua vaga e também dos próximos classificados; citou o nome de Jair de Paula Coelho, ocupante do cargo comissionado de assessor especial, e questionou se o mesmo pode exercer funções de execução e atuar como motorista; disse que a Prefeitura tem 22 motoristas, citou os requisitos para esse cargo que envolve a habilitação “D”, disse que os motoristas têm essa habilitação mas questionou se os que “estão sendo pegos a laço” têm essa categoria e cursos; apresentou a lista dos motoristas que não fazem parte da seletiva. O Vereador Jorge Luís Martins Soares compareceu à sessão, às dezoito horas e dezoito minutos. Continuando seu pronunciamento, o orador citou representação que fez junto ao Ministério Público e foi indeferida; finalizou pedindo que os vereadores investiguem a pedido seu e daqueles que passaram na seletiva, através da comissão de ética e justiça, encaminhando petição ao Executivo, à Secretaria de Saúde e ao judiciário para se abrir uma investigação nesse assunto mencionado e comprovado, a título de transparência e imparcialidade; parabenizou aos reeleitos e aos que não foram pelo trabalho realizado; entregou à assessora jurídica da Câmara material impresso. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva; Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. Seguindo a pauta, também permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.137, do Executivo: Declara de utilidade pública o Instituto

Realizar de Educação, Cultura, Artes e Esportes. O Vereador Hedilberto disse que o Executivo deveria designar algum representante para falar sobre esse projeto. O Vereador Gladstone disse que é a segunda sessão e não há ninguém para falar sobre o projeto. O Vereador Ivan questionou se é porque acabaram as eleições. O Vereador Hedilberto Teixeira apresentou o Requerimento nº 23: requer informações sobre aplicação de recursos da Lei Aldir Blanc. O autor disse que alguns artistas estão esperando esse recurso. O Vereador Demétrius se disse surpreso por ainda não terem sido repassados os recursos. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Às dezoito horas e vinte e oito minutos, aberta a ordem do dia foi lido o Projeto de Lei nº 2.132, do Executivo: Altera o Anexo - 1 de Metas e Prioridades, o Anexo II Metas Fiscais e o Anexo III Riscos Fiscais da Lei nº 1.964/2024, de 24/06/2024, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual se pronunciou favorável. Então, o Projeto de Lei nº 2.132 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 2.133, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2025, considerando também as emendas. A Comissão de Finanças se pronunciou favorável. Então, foi votada a Emenda ao Projeto de Lei nº 2.133: 01-Aditiva, de autoria do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Esta emenda foi aprovada por unanimidade. A seguir, foram lidas resumidamente as Emendas impositivas ao Projeto de Lei nº 2.133. Submetidas à votação Plenária, todas as 59 (cinquenta e nove) emendas foram aprovadas por unanimidade. O Vereador Demétrius falou sobre suas emendas. Por fim, o Projeto de Lei nº 2.133 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, já incluídas as emendas. A seguir, a pedido do sr. Presidente, a Comissão de Finanças emitiu o parecer verbal favorável ao Projeto de Lei nº 2.134, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Houve dúvidas sobre o hospital não constar neste projeto e a Apae constar parcialmente, mas foram esclarecidas. Submetido à votação Plenária, o Projeto de Lei nº 2.134 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Gladstone falou sobre a situação do atendimento no PSF1 que está sendo alvo de muitas reclamações; disse ser necessária uma atuação da Comissão de Saúde; relatou a falta de resposta do Executivo em questionamento feito por ele sobre as obras no Panorama. O Vereador Demétrius falou sobre questões prejudiciais à população pela falta de planejamento no início de obras de calçamento e pluviais; falou também sobre problemas em unidade de saúde do bairro Nossa Senhora das Graças, com participação também do Vereador Gladstone. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins e Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Vice-Presidente, Vereador Gladstone Roncalli da Silva, que deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária, cidadania benemérita, honra ao mérito e moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Luciana de Oliveira Torres (Juíza de Direito), cidadã honorária – Maria Aparecida Alves Silva, honra ao mérito profissional – Carlos Eduardo Costa Pinto, cidadão benemérito – Reinaldo Lima Silveira, honra ao mérito empresarial - Victor da Costa Ferreira, cidadão honorário; Moções de aplausos: Soma Nutrição Animal – Avelino Gregório Vieira – Garis (coletores) – Silas Teófilo Batista - Andréa Caetano de Oliveira – Emerson Ricardo Vaz – Everaldo Bellini Caetano - Mônica Costa Val da Silva Pinto Borges – Eliana Haber Toledo Alves – Ideraldo Luís Quintão Trindade - Gilberto Arrighi Gaudereto – Diretoria Voluntária da Apae – Tarcília Aparecida do Carmo Bernardino. Foram convidados a integrar a Mesa Diretora a exma. senhora Juíza de Direito da Comarca, dra. Luciana de Oliveira Torres, a exma. senhora Promotora de Justiça da Comarca, dra. Shermila Peres Dhingra e o senhor Vice-Prefeito, Wellington Netto. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram colhidas as assinaturas no Livro de Honra, feita a entrega das placas alusivas às homenagens das mãos dos autores e o uso da palavra pelos homenageados. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados, assim como as autoridades da Mesa de Honra. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Septuagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (04 e 18/novembro), ambas sendo aprovadas por unanimidade. O orador inscrito para a Tribuna Popular desistiu do uso. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos. Com relação ao Projeto de Lei nº 2.137, do Executivo: Declara de utilidade pública o Instituto Realizar de Educação, Cultura, Artes e Esportes; estando presente no recinto, o sr. Presidente convidou a usar a palavra a Secretária de Assistência Social, Natasche Reis de Oliveira Ascensão, para explanar sobre o projeto e o Instituto Realizar; assim como a sra. Eulália, Supervisora do Instituto Realizar. Elas puderam ampliar as informações sobre o convênio entre o município e o Instituto, que tem por objetivo acolher crianças sob ordem judicial; foi informado que é uma obrigação do município possuir meios para esse acolhimento de crianças, o que pode ser também feito por meio de parcerias; também foi informado que Rio Pomba é o único município que está propondo esse título de utilidade pública. Seguindo, o sr. Presidente consultou se a Comissão de Legislação poderia se manifestar verbalmente, quando então os três membros se pronunciaram pela legalidade. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.137 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.138, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Dia Municipal da Juventude Rural e a Semana Municipal da Juventude Rural. O autor falou sobre os objetivos do projeto. O plenário concedeu o regime de urgência especial. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação (o Vereador Jorge foi substituído por Demétrius) opinou pela legalidade do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.138 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.139, do Vereador Rafael Vilela Martins: Altera o Anexo IV da Lei Municipal nº 1.468/2014, de 14 de março de 2014, que Dispõe sobre a Organização Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Rafael, autor, relatou sobre o ex-encarregado de obras da Prefeitura, conhecido como Claudinho Malaveia, dotado de grande capacidade e conhecimento; em 2014 a gestão do dr. Fernando Macedo colocou o ensino médio como escolaridade para os secretários; comentou que “a gente está” tendo uma enorme dificuldade para encontrar um secretário de obras que realmente conheça as estradas rurais e suas demandas, assim como a cidade; lembrou de situações anteriores quando uma pessoa não pode assumir o mesmo cargo por não ter a escolaridade, quando faltou coragem à prefeitura para enviar o projeto de lei da mudança; disse que “a gente tem” uma enorme vontade de convidar o Claudinho e quando fomos fazer campanha levaram-no de casa em casa com a expectativa, compartilhada pelos produtores rurais, de que o mesmo volte a cuidar das estradas rurais, entretanto, um assunto que precisa ser

normatizado pelos vereadores; disse não se tratar de “cabide de emprego”, mas da nomeação de um secretário de obras qualificado; pediu que os vereadores “os” deem a oportunidade de trabalhar e conseguir colocar num cargo de confiança uma pessoa qualificada, conhecedor das soluções para os problemas; disse que se esta pessoa estivesse hoje a administração não teria deixado tantos problemas; recordou que na atual administração existia um cargo com escolaridade superior, e que a administração entendeu que o Walmir entendia de epidemiologia e poderia ocupá-lo sem ter a formação superior em saúde, o que foi tratado sem polêmica alguma pela Câmara; disse que janeiro é um mês onde acontecem chuvas fortes com consequências sérias e a existência de um secretário de obras capacitado é importante. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre o regime de urgência, o que foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação, Obras e Finanças manifestaram-se favoráveis. Na Comissão de Finanças, o Vereador Hedilberto votou favorável e disse que pedirá vistas do projeto, sem que isso signifique ser contra qualquer pessoa. O Vereador Ivan disse que se o vereador pediu vistas ele não poderá votar. O Vereador Rafael disse que posteriormente o vereador pede vistas e o plenário vota o pedido. O sr. Presidente disse que colocaria o projeto em votação e o Vereador Hedilberto disse ter o direito regimental de pedir vistas e não tem que derrubar esse direito seu. O Vereador Rafael disse que o pedido de vistas é votado. O Vereador Hedilberto disse ter direito ao pedido de vistas e que deseja o parecer escrito da assessoria jurídica da Câmara; comentou que o Vereador Rafael ligou para todos os vereadores, menos para ele. O Vereador Hedilberto questionou por quê não voltar a escolaridade de todos os cargos e reconheceu se tratar de um excelente profissional, mas baixar a escolaridade do terceiro cargo mais importante do Executivo é um retrocesso; comentou que atualmente é fácil concluir o segundo grau através do EJA; pediu vistas do projeto e disse que o sr. Presidente decide. O Vereador Rafael disse que é necessário consultar o regimento a respeito do pedido de vistas. O Vereador Ivan disse que o Vereador Hedilberto está na razão dele, mas é preciso confirmar com o jurídico pois o pedido de vistas é votado. O Vereador Hedilberto disse que amanhã estará pedindo ao Ministério Público para avaliar esse projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da dra. Vânia. A dra. Vânia disse que diante das dúvidas não custa nada dar vistas ao vereador, pois é um direito dele para entender o projeto e estudá-lo mais; disse que o regimento interno não é claro nessa questão, mas em casos de dúvida sempre deve dar direito ao vereador analisar. O Vereador Rafael leu o art. 202 do Regimento Interno e ressaltou que o regime de urgência já foi votado e obtido os pareceres das comissões. A dra. Vânia disse que então deve-se ir pela maioria do plenário. O Vereador Hedilberto disse que na sua manifestação pela comissão de Finanças ele pediu vistas e que o projeto é imoral e deveria vir de autoria do próximo prefeito. O Vereador Ivan reconheceu ser direito do vereador pedir vistas, mas cabe ao plenário votar esse pedido. O Vereador Jorge disse que a Câmara não pode ser omissa e negar o direito de vistas a um vereador. O Vereador Rafael citou que em ocasiões anteriores o pedido de vistas foi votado e cada vereador já tem sua consciência formada sobre o projeto, sendo esta a penúltima reunião do ano; caso o Prefeito vete o projeto, não haverá tempo de discuti-lo. O sr. Presidente disse que irá seguir a orientação da assessora jurídica e na próxima reunião

votará o projeto. O Vereador Ivan solicitou uma extraordinária. O Vereador Hedilberto disse que tem prazo para as suas vistas; questionou como o Vereador Rafael sabe que os vereadores têm opinião formada se mais vereadores têm dúvidas; disse que será vergonhoso para os vereadores serem julgados depois pelo Ministério Público por atos que não condizem com a realidade. O Vereador Rafael pediu uma sessão extraordinária para sexta-feira, 17 horas. O sr. Presidente solicitou a emissão dos pareceres escritos das comissões e o parecer jurídico a respeito desse projeto, determinou a sua tramitação e convocou uma sessão extraordinária para sexta-feira, dia seis de dezembro, às dezessete horas. Seguindo a pauta dos trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.140, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2024 e dá outras providências (Hospital). O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi recebido unanimemente pelo Plenário. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.140, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.141, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2024 e dá outras providências (Apae). O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi recebido unanimemente pelo Plenário (o Vereador Rafael nesse momento estava fora do plenário). Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.141, o qual foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.142, do Executivo: Autoriza o repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA e a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento para acobertar despesas a entidades. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi recebido unanimemente pelo Plenário. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.142, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.143, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2024 para acobertar despesas com subvenção a entidades e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi recebido unanimemente pelo Plenário. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente submeteu à votação plenária o Projeto de Lei nº 2.143, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 24, do Vereador Demétrius: Requer informações sobre o Fundo da Infância e Adolescência. O autor falou sobre seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 25, do Vereador Hedilberto: Requer informações sobre o encerramento do exercício. O autor falou sobre seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Às vinte horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Veto integral ao Projeto de Lei nº 2.113, que institui o programa Bolsa Atleta no município de Rio Pomba e dá outras providências. O processo está com a Comissão de Legislação,

representada pelos Vereadores Ivan, Jorge e Gladstone. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius se pronunciou. O sr. Presidente confirmou a convocação extraordinária para sexta-feira, dezessete horas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dezesseis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezessete horas e dez minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente Gladstone Roncalli da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (19/novembro, solene), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em pauta constavam: Parecer jurídico e Projeto de Lei nº 2.139, do Vereador Rafael: Altera o Anexo IV da Lei Municipal nº 1.468/2014, de 14 de março de 2014, que dispõe sobre a Organização Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O autor do projeto, Vereador Rafael Vilela Martins, disse que participou de uma reunião agora e “definiram” para deixar para colocar esse projeto a partir do próximo mandato, **e pediu a retirada do projeto**, para não ter mais desgaste, apesar de ser algo que ajudaria o município a andar a partir do dia dois, mas para diminuir a polêmica e diante do parecer jurídico da Câmara diferente do parecer do seu advogado; futuramente o prefeito tomando posse apresenta novamente. O sr. Presidente disse que o projeto estava retirado de pauta. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e onze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Octogésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e dez minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (02 e 06/dezembro), ambas sendo aprovadas por unanimidade. O Executivo respondeu aos requerimentos: 1) Requerimento 23, Lei Aldir Blanc; 2) Requerimento 24, Fundo da Infância e Adolescência; 3) Requerimento 25, valores em caixa. O Projeto de Lei nº 2.126, do Vereador Paulo Henrique da Silva, que Insere parágrafo ao art. 1º da Lei nº 1.174/2003, que institui o dia municipal dos evangélicos, seguiu tramitando e será arquivado. Após, foi lida a Moção nº 15, Vereador Gladstone Roncalli da Silva: moção de aplausos a Hélio Correia de Oliveira Júnior. O autor se pronunciou. Votada, a Moção nº 15 foi aprovada por unanimidade. Às dezoito horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 01/2024, da Comissão de Legislação: veto ao Projeto de Lei nº 2.113. A seguir, foi colocado em votação Projeto de Decreto Legislativo nº 226/2024: Rejeita veto integral ao Projeto de Lei nº 2.113/2024. O Projeto de Decreto Legislativo nº 226/2024 foi aprovado por unanimidade, portanto, o veto do Executivo foi rejeitado por unanimidade. Ao votar, o Vereador Rafael Vilela disse que as despesas serão facultativas, de modo que o Executivo aplicará os recursos disponíveis. O Vereador Demétrius Carvalho disse que o Legislativo pode criar despesas e citou que para o ano que vem se perdeu recursos na área esportiva. O Vereador Ivan Martins disse que o projeto beneficia a população diante da má gestão atual, que fez o município perder recursos do esporte. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público e se congratular ao final do mandato. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira Frederico Senra Condé Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 53 (cinquenta e três) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2024 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e quatro) até 31/12/2024 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 31 de dezembro de 2024.

VEREADOR HEDILBERTO TEIXEIRA
Secretário

VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS
Presidente da Câmara